

## Tempos de prevenção

Gaudêncio Torquato (\*)

*Cada dia com sua aflição. O ditado cai bem no cotidiano dos brasileiros*

Nem bem se recupera da saraivada de impropérios, fake news, declarações bombásticas de candidatos, por ocasião da algaravia produzida pela mais renhida campanha eleitoral de nossa atualidade, o eleitor volta a ter os costumeiros sustos e a se deparar com as previsíveis mortes causadas por desabamentos de morros.

No Rio de Janeiro, a morte visita anualmente as comunidades que vivem no sopé de morros. A última tragédia provocou, semana passada, a morte de 14 pessoas, vítimas da queda de uma rocha no morro de Boa Esperança em Niterói. (A crônica de desastres tem sido comum na região da serra fluminense).

Em São Paulo, a cena terrificante apareceu na última quinta-feira, quando um viaduto na Marginal Pinheiros cedeu dois metros, provocando a queda de carros e um gigantesco congestionamento. “De repente, parecia um armagedom, declara um motorista que via os carros em sua frente sumirem. Expressava ele o que via como o “fim do mundo”.

Em quem pôr a culpa? A resposta é uma só: no Poder Público. Os gestores públicos no país não fazem manutenção adequada de estradas, pontes, viadutos, enfim, dos estabelecimentos que integram o patrimônio físico a serviço da população. São milhares de gestores, a partir dos maiores que comandam os governos de Estado, as capitais e as grandes cidades, palco de eventos catastróficos.

Em Niterói, a empresa que estudou as áreas de risco não identificou a rocha que provocou a tragédia. Em São Paulo, a Prefeitura desrespeita um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – pelo qual se obriga a fazer manutenção em pelo menos 50 instalações. Das 185 pontes, muitas carecem de urgentes reformas. O fato é que os sistemas de prevenção e conservação da infra-estrutura física de Estados e municípios não funcionam a contento. Em consequência, cresce assustadoramente o Produto Nacional Bruto da Irresponsabilidade.

A questão da previsibilidade na administração pública é grave. Não se trata apenas de arrumar obras viárias, mas garantir alternativas para substituir os sistemas em operação diante de eventuais

paralisações de programas por rompimento de acordos entre contratante e contratado. É o caso, por exemplo, do programa Mais Médicos. Sua suspensão, anunciada pelo governo de Cuba, afetará de imediato mais de 28 milhões de pessoas nos 1.575 municípios que contam somente com médicos cubanos.

O governo brasileiro paga à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) R\$ 11.865,60 – valor integral da bolsa oferecida aos médicos –, mas estes recebem apenas um quarto do total, enquanto o Estado cubano detém o restante. É evidente o tratamento injusto que a ditadura cubana dá aos seus quadros. Mas essa questão merece uma interlocução mais aprofundada entre nossas autoridades e os dirigentes da ilha caribenha sob pena de se comprometer a vida de milhões de brasileiros.

Um estudo feito pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia aponta para o risco de suspensão do programa Mais Médicos: até 50 mil pessoas poderiam morrer precocemente, antes do 70 anos, se lhes faltaria assistência necessária do programa. Um descalabro.

Será muito difícil – reconhecem nossas autoridades – preencher as cerca de 11 mil vagas do programa (os cubanos ocupam 8.332 vagas, mas há 2.000 não preenchidas). A maioria dos nossos jovens médicos têm sua atenção voltada para as grandes (quando muito as médias) cidades, recusando o trabalho nos grotões do território.

Nesse momento em que um novo governo se aproxima, a cautela é o melhor caminho para o país. A recomendação é no sentido de ajustar, inclusive, a linguagem e evitar que alas em choque durante a campanha continuem em palanque. Esta é outra amarga constatação. A expressão radical continua a aumentar a bilis destilada ao longo do processo eleitoral.

Sua Excelência, o presidente eleito, seus filhos e o núcleo duro (formado por assessores e ministros próximos) hão de conter o ímpeto, sob pena de alimentar as correntes de oposição que tendem a aproveitar lenha na fogueira para queimar a imagem governista quando medidas duras tiverem de ser empreendidas.

É hora do bom senso.

(\*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação  
Twitter @gaudtorquato. Acesse o blog (www.observatoriadaeleicao.com).

# Política de redução de agrotóxicos pode ser votada na Câmara

A comissão especial que analisa a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara) marcou para esta quarta-feira (21) nova reunião para discutir e votar o substitutivo do relator, deputado Nilto Tatto (PT-SP), ao projeto

A votação estava prevista para semana passada, mas um pedido de vista conjunto adiou a análise. O relatório de Nilto propõe, entre outras medidas, a criação de zonas de uso restrito e até zonas livres de agrotóxicos, como áreas próximas a escolas e residências.

Também proíbe o uso de produtos considerados extremamente tóxicos e prevê a revalidação dos registros a cada dez anos. O deputado Valdir Colatto (MDB-SC) apresentou voto em separado propondo uma política que ofereça incentivos para a redução do uso de agrotóxicos, mas sem proibição parcial. Colatto afirmou ser inviável, do ponto de vista competitivo, substituir os produtos químicos pela agroecologia.



Proposta prevê a destinação da maior parte dos recursos usados na compra de estoques reguladores para pequenos e médios produtores orgânicos.

A proposta original surgiu de sugestões da sociedade civil acatadas pela Comissão

de Legislação Participativa da Câmara. Posteriormente, a comissão especial criada para

analisar o projeto realizou audiências públicas em Brasília e em outros cinco estados. O texto altera a atual Lei dos Agrotóxicos para proibir o registro de insumos classificados como “extremamente tóxicos”.

Também prevê revalidação dos registros de agrotóxicos após 10 anos e, sucessivamente, a cada 15 anos após a primeira revalidação. A proposta ainda prevê crédito rural especial e diferenciado, além de isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) para agricultores orgânicos e agroecológicos. A Pnara é um contraponto a outra proposta que já está pronta para votação no Plenário da Câmara e facilita a liberação de novos pesticidas, mesmo sem testes conclusivos do Ibama e da Anvisa (Ag.Câmara).

## Proposta permite ao consumidor conferir peso de mercadorias

Estabelecimentos que vendem produtos em embalagens lacradas na fábrica serão obrigados a oferecer uma balança para pesagem das mercadorias. É o que determina projeto pronto para votação na Comissão de Transparência e Controle do Senado. A ideia, que pode ser votada na reunião desta quarta-feira (21), é que os consumidores possam conferir o peso indicado nas embalagens.

A autora, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), ressalta que diversos produtos colocados à disposição para o consumo não respeitam a indicação do peso conforme sua rotulagem. O relator, senador Gladson Cameli (PP-AC), apresentou substitutivo ao texto para aplicar a medida a mercados, supermercados, hipermercados e atacadistas de médio e grande porte. Pela proposta, o descumprimento da obrigação está sujeito às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão de multa, apreensão e inutilização do produto até cassação de licença do estabelecimento. Caso aprovado, o texto segue para a Câmara (Ag.Senado).

## Moro pode se reunir com ministros da Justiça e da Segurança

O juiz federal Sergio Moro, confirmado para o Ministério da Justiça (que agregará a Segurança Pública e parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras), afirmou, em Brasília, que pode se reunir esta semana com os ministros da Segurança Pública, Raul Jungmann, e da Justiça, Torquato Jardim. Segundo ele, há a possibilidade de ser anunciado o nome do futuro diretor-geral da Polícia Federal até sexta-feira (23).

Moro estava acompanhado dos delegados da PF Rosalvo Ferreira Franco e Erika Marena. Ambos estão ligados a Lava Jato e integram a equipe de transição do futuro ministro. Ele interrompeu o almoço, no CCBB, onde funciona o gabinete de transição, para conversar com a imprensa. Ele disse que está organizando sua equipe. Na segunda-feira (19) foi publicada sua exo-



Futuro ministro da Justiça, Sergio Moro.

neração da magistratura, no Diário Oficial da União, seção 2, página 47.

O ato de número 428 é assinado pelo presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, informando que a exoneração ocorre a pedido do próprio Moro. No pedido de exoneração, Sergio Moro argumentou

que pretende “organizar a transição e as futuras ações do Ministério da Justiça”. Em substituição a Moro no comando dos processos da Operação Lava Jato ficará temporariamente a juíza Gabriela Hardt. Como substituta, ela não pode assumir de forma definitiva a vaga de Moro (ABr).

## Uso medicinal da maconha pode ser aprovado em Comissão

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado deve analisar nesta quarta-feira (21), substitutivo da senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) ao projeto que descriminaliza o cultivo da maconha para uso pessoal terapêutico. O projeto foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e decorre de Ideia Legislativa proposta no portal e-Cidadania.

Marta Suplicy, presidente da comissão, relatou favoravelmente à proposição na forma de substitutivo que permite à União liberar a importação de plantas e sementes, o plantio, a cultura e a colheita da cannabis sativa exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo pré-determinados, mediante fiscalização. Também passa a liberar o semente, o cultivo e a colheita da cannabis, visando o uso pessoal terapêutico, por associações de pacientes ou familiares de pacientes que fazem o uso medicinal da substância, criadas especifi-



Marta Suplicy, presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

camente com esta finalidade, em quantidade não mais que a suficiente ao tratamento segundo a prescrição médica.

No relatório, Marta defende que o tema não pode ser relegado a uma discussão ideológica ou política. “Mais que tudo, é preciso que tenhamos empatia e nos coloquemos no lugar do outro. É assim que defendemos a verdadeira essência do cuidado em saúde, que é

mitigar o sofrimento humano”, aponta. No texto, a senadora cita pesquisas científicas relacionadas aos benefícios da cannabis no tratamento de muitas enfermidades, como autismo, epilepsia, Alzheimer, doença de Parkinson, nas dores crônicas e nas neuropatias. E reforça que os tratamentos reduzem o sofrimento não só dos pacientes, mas também dos familiares (Ag.Senado).

## Votação aberta para escolha de presidente do Senado

Ao afirmar que não se pode ignorar o recado dado pelos brasileiros nas últimas eleições, o senador Lasier Martins (PSD-RS) defendeu que a escolha do próximo presidente do Senado seja feita pelo voto aberto. Para ele, é preciso dar a todos os atos a transparência exigida pelos brasileiros, que já não suportam mais a corrupção e os desmandos da velha política. Lasier lembrou que o Regimento Interno do Senado prevê a votação secreta para escolha dos membros da Mesa Diretora. Mas a Constituição, que tem mais força que o regimento, quando trata do voto secreto, o faz expressamente. E, como na Constituição não há qualquer menção

ao voto secreto para a escolha do presidente, vice-presidente e secretários do Senado, a votação deve ser aberta, concluiu o senador.

“Que o Senado seja o exemplo, o modelo de lisura, de transparência, de correção, de espírito público, de atendimento aos interesses do Brasil, tão desprezados nesses últimos tempos. O que se quer sempre é a respeitabilidade, o conceito do Senado Federal. E acho que também, por isso, uma votação em aberto para a Presidência do Senado irá ao encontro desse desejo da população, em sintonia com o recado das urnas”, declarou Lasier (Ag.Senado).

## Projeto visa reduzir consumo de produtos fumígenos



O projeto proíbe publicidade de produtos fumígenos também nos locais de venda.

A Comissão de Transparência e Controle de Defesa do Consumidor realiza nesta quarta-feira (21), audiência pública para debater o projeto que proíbe qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda. A proposta, do senador José Serra, obriga que as embalagens de cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Anvisa.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), favorável à proposta, lembra que o Brasil já avançou significativamente em relação às medidas de

combate ao tabagismo. No entanto, segundo o senador, é necessário dar continuidade a essas políticas antitabagismo para reduzir ainda mais o uso desses produtos que prejudicam a saúde da população.

Foram convidados para o debate o editor-chefe da Revista Traços, André Noblat; o diretor procurador da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Rodrigo A. de Ouro Preto; o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), Edson Vismona e o conselheiro da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), Delcio Sandi. A audiência foi requerida pelo senador Romero Jucá (Ag.Senado).

